

DPE SP

500 QUESTÕES GABARITADAS - DEFENSORIA
PÚBLICA DE SÃO PAULO

Analista de Defensoria Pública



CÓD: SL-124JN-25
7908433270904

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Direito Constitucional	29
3. Direito Administrativo	41
4. Direito Tributário	53
5. Direitos Humanos	65
6. Direito Da Criança E Do Adolescente	75
7. Direito Penal	87
8. Legislação Penal Especial	97
9. Direito Processual Penal	107
10. Direito Civil e Empresarial	117
11. Legislação - Direito Civil e Empresarial	129
12. Direito Processual Civil	141
13. Princípios E Atribuições Institucionais Da Defensoria Pública Do Estado	153

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FCC - 2022

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

*O rio de minha terra é um deus estranho.
Ele tem braços, dentes, corpo, coração,
muitas vezes homicida,
foi ele quem levou o meu irmão.*

É muito calmo o rio de minha terra.

*Suas águas são feitas de argila e de mistérios.
Nas solidões das noites enluaradas
a maldição de Crispim desce
sobre as águas encrespadas.*

O rio de minha terra é um deus estranho.

Um dia ele deixou o monótono caminhar de corpo mole

*para subir as poucas rampas do seu cais.
Foi conhecendo o movimento da cidade,
a pobreza residente nas taperas marginais.*

*Pois tão irado e tão potente fez-se o rio
que todo um povo se juntou para enfrentá-lo.
Mas ele prosseguiu indiferente,
carregando no seu dorso bois e gente,
até roçados de arroz e de feijão.*

*Na sua obstinada e galopante caminhada,
destruiu paredes, casas, barricadas,
deixando no percurso mágoa e dor.*

*Depois subiu os degraus da igreja santa
e postou-se horas sob os pés do Criador.*

*E desceu devagarinho, até deitar-se
novamente no seu leito.*

*Mas toda noite o seu olhar de rio
fica boiando sob as luzes da cidade.*

(Adaptado de: MORAES, Herculano. *O rio de minha terra*. Disponível em: <https://www.escritas.org>)

Considerado no contexto do poema, o prefixo “en-”, constituinte de “enluaradas” e “encrespadas”, apresenta, respectivamente, efeito semântico semelhante nas palavras:

- (A) enterradas e enraizadas.
- (B) ensacadas e engarrafadas.
- (C) enfeitçadas e enroladas.
- (D) enlatadas e ensimesmadas.
- (E) encaixadas e enchidas.

2. FCC - 2022

Para responder à questão, leia o texto abaixo.

Meu caro,

Não pense que me esqueci das minhas obrigações, muito me aflige estar em dívida com você. Fiquei de lhe entregar os originais até o fim de 2015, e lá se vão três anos Como deve ser do seu conhecimento, passei ultimamente por diversas atribuições: separação, mudança, seguro-fiança para o novo apartamento, despesas com advogados, prostatite aguda, o diabo. Não bastassem os perrengues pessoais, ficou difícil me dedicar a devaneios literários sem ser afetado pelos acontecimentos recentes no nosso país. Já gastei o adiantado que você generosamente me concedeu, e ainda me falta paz de espírito para alinhar os escritos em que tenho trabalhado sem tréguas. Sei que é impróprio incomodá-lo num momento em que a crise econômica parece não ter arrefecido conforme se esperava. Estou ciente das severas condições do mercado editorial, mas se o amigo puder me adiantar mais uma parcela dos meus royalties, tratarei de me isolar por uns meses nas montanhas, a fim de o regalar com um romance que haverá de lhe dar grandes alegrias.

Um forte abraço.

(Adaptado de: BUARQUE, Chico. *Essa gente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, edição digital)

Derivação imprópria é um processo em que uma palavra muda de classe gramatical sem mudar de forma. Assim, observa-se esse processo no seguinte trecho:

- (A) Estou ciente das severas condições do mercado editorial
- (B) Não pense que me esqueci das minhas obrigações
- (C) Fiquei de lhe entregar os originais até o fim de 2015
- (D) Já gastei o adiantado que você generosamente me concedeu
- (E) tratarei de me isolar por uns meses nas montanhas,

3. FCC - 2023

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Relógios

O dramaturgo Nelson Rodrigues - criatura de temperamento trágico e célebre autor de frases antológicas - terá dito um dia, talvez paternalmente: "Jovens, envelheçam" Eis aqui um pedido desnecessário: a velhice virá, de qualquer modo, para quem conseguir envelhecer. Por outro lado, a juventude nunca se perde de todo: aposenta-se fica guardadinha vocação nostálgica do copo e ainda ajudará, ao fim de tudo, a compor os traços da boa melancolia. das lembranças que Os seres crepusculares ainda consigam tonificar dentro de si.

Não fossem os variados impulsos do tempo, com o que iríamos nos distrair? Todos passamos por várias idades, por vários tipos de relógio. Há os que adiantam as coisas. há os que as atrasam. E há os que param inteiramente fora de hora. Sem falar nos relógios exibidos que se acham especialmente importantes e insistem em cantar a cada quarto de hora.

Jovens, envelheçam" — eis a provocação desmedida que partiu de um senhor já vivido e definitivamente cético. As paixões juvenis têm pressa, meu caro Nelson Rodrigues. e exigem providências imediatas. Ninguém segura as ondas de um mar revolto.

E se fôssemos falar do tempo da infância, quando nossa imaginação esta no grau natural de nossas primeiras reflexões interrogativas? Eis aí um relógio que fica fazendo tique-taque, sem querer parar, em algum canto de alguma casa perdida.

Numa cena da minha mais antiga memória de menino, eu estava sentado na sarjeta, depois de uma chuva grossa, em frente de casa, com os pés na água da enxurrada que sequestrava meus olhos fixos, fazendo -me esquecer de mim mesmo e e da necessidade de voltar a algum lugar, enquanto olhava infinitamente para os rebrilhos daquele riachinho escorregando

rua abaixo. Creio que foi esta a primeira vez que entrei num tempo especial um tampo esvaziado de tempo. Uma espécie de relógio sem ponteiros. Muito tempo depois, acabei envelhecendo, sim. seu Nelson Rodrigues.

(MEDEIROS, Alcindo Fortunato. Casos de almanaque, a editar

Os tempos e modos das formas verbais encontram-se adequadamente articulados na frase:

- (A) Se na infância o tempo surgisse em toda a sua gravidade, que memórias poéticas nos assaltarão?
- (B) Coubesse a cada um escolher um relógio seu para visitar, imagine-se quantas hesitações haverá.
- (C) Nelson Rodrigues teria dito aos jovens que o ouvissem para que envelheçam e amadurecessem logo.
- (D) Caso os jovens viessem a envelhecer logo, a nostalgia da mocidade só fará crescer ao fim da vida.
- (E) Fosse possível acelerar o envelhecimento, quantos jovens a esse processo haveriam de recorrer?

4. FCC - 2022

Para responder a questão, considere o texto abaixo.

Minha primeira tentativa de ler Dom Quixote de la Mancha, de Miguel de Cervantes, foi um fracasso. Eu ainda estava na escola e me confundia com as frases longas e as palavras antigas. Acabei desistindo.

Anos depois, li do começo ao fim, desfrutando cada página da história daquela dupla inusitada: o cavaleiro idealista determinado a transformar a realidade para que se assemelhe à de seus livros e seus sonhos; e o escudeiro pragmático que tenta manter seu mestre na dura realidade para que ele não se perca nas nuvens da fantasia.

Tudo é deslumbrante nesse livro, que simboliza melhor do que qualquer outro a infinita variedade da língua espanhola para expressar a condição humana com todas as nuances, a fantasia que leva o ser humano a transformar a vida. Em outras palavras, a forma como a literatura nos defende da frustração, do fracasso e da mediocridade.

O mundo estreito e provinciano de La Mancha, pelo qual Dom Quixote e Sancho fazem sua peregrinação, pouco a pouco se torna, graças à coragem do determinado cavaleiro andante, um universo de aventuras insólitas, em que se entrelaçam audácia, absurdo e humor, para nos mostrar como a imaginação pode

1. (2024)

Em 2022, pela primeira vez, o Censo Demográfico apresentou um registro das comunidades quilombolas, mesmo dispondo da contagem dessa população desde 1996. Os dados apresentados são relevantes para aprimorar políticas públicas de acesso à água, saúde, educação e titularização fundiária. Mas, para que não se perpetue a invisibilização dessa parcela da sociedade, é necessário considerar a especificidade de seu modo de vida.

A respeito da compreensão cultural da relação dos povos quilombolas com a terra, analise as afirmativas a seguir.

I. O estabelecimento do direito à propriedade aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras envolve o reconhecimento, pelo Estado, da sujeição ao regime escravocrata a que foram submetidos e do valor de suas lutas pela liberdade.

II. A relação dos povos quilombolas com a terra está intrinsecamente relacionada com os processos de subjetivação dessas sociedades, uma vez que o pertencimento não envolve o domínio sobre qualquer terra, mas a presença em um território que simboliza o direito de existir naquele ambiente e de estar em um local em que entes queridos foram enterrados.

III. A significação do território para essas comunidades foi reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que reconheceu os territórios, elementos naturais, moradias e ritos tradicionais de quilombos como patrimônios culturais do país.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (2024)

Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, sendo este composto de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.

Diante do exposto e da sistemática constitucional, é **correto** afirmar que será(ão) integrante(s) do referido Conselho

- (A) um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal.
- (B) um juiz estadual, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Presidente da República.
- (D) um juiz eleitoral, indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Conselho Nacional do Ministério Público dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

3. (2022)

Maria, Juíza de Direito, sofreu sanção disciplinar no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa. Irresignada, requereu que o Conselho Nacional de Justiça anulasse o processo administrativo, em razão da presença de alegados vícios formais. O requerimento foi indeferido sob o argumento de que não foram detectados quaisquer vícios no processo disciplinar.

À luz dessa narrativa, caso Maria decida ingressar com ação judicial para anular a condenação, é correto afirmar que

- (A) o foro competente será o Supremo Tribunal Federal.
- (B) isto será feito perante o órgão competente da Justiça do Estado Alfa.

(C) isto dependerá de prévia autorização do próprio Conselho Nacional de Justiça.

(D) isto será feito perante o Tribunal Regional Federal da região em que está inserido o Estado Alfa.

(E) isto não será possível, já que as decisões do Conselho Nacional de Justiça não podem ser revistas.

4. (2024)

A respeito da previsão constitucional relativa à concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens no Brasil, assinale a afirmativa correta.

(A) Compete ao Poder Legislativo Federal outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(B) Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(C) A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois terços do Congresso Nacional, em votação nominal.

(D) O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação da Câmara dos Deputados, na forma dos parágrafos anteriores.

(E) O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal em até 15 dias do ato.

5. (2022)

A Lei XX, do Município Alfa, dispôs sobre os requisitos a serem atendidos pelos meios impressos de comunicação social para que possam ser publicados no território do Município Alfa.

Entre esses requisitos estão:

I. a necessidade de que obtenham licença da autoridade municipal competente;

II. cada exemplar se ajuste aos padrões de moralidade sedimentados na sociedade, a ser objeto de verificação prévia à sua circulação.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

(A) o requisito I somente será constitucional se a licença for concedida de forma vinculada, enquanto o requisito II é inconstitucional por importar em censura prévia.

(B) o requisito I é inconstitucional porque a publicação de veículo impresso independe de licença de autoridade, o mesmo ocorrendo com o requisito II, por importar em censura prévia.

(C) o requisito I somente será constitucional se a licença for concedida de forma vinculada, mas o requisito II somente não caracterizará censura prévia se for assegurado o contraditório e a ampla defesa.

(D) o requisito I é constitucional, porque toda atividade econômica depende de autorização do Poder Público, mas o requisito II somente será constitucional se a possível negativa estiver embasada em dados colhidos em audiência pública.

(E) o requisito I é constitucional, porque toda atividade econômica depende de autorização do Poder Público, o mesmo ocorrendo com o requisito II, que é uma forma de proteger o interesse coletivo contra os excessos individuais.

6. (2022)

A fiscalização do Município Beta, ao tomar conhecimento de que determinada incorporadora estava iniciando a construção de um grande empreendimento, constatou que esse proceder poderia gerar significativa degradação ambiental.

Nesse caso:

(A) como não foi causado nenhum dano ambiental, não há nenhuma medida passível de ser adotada ou exigida pela fiscalização;

(B) tanto o estudo prévio de impacto ambiental como o posterior exigem a demonstração de dano, sob pena de afronta à presunção de inocência;

(C) ainda que não tenha sido causado dano ambiental, a existência de risco em potencial permite que seja exigido o estudo prévio de impacto ambiental;

(D) pode ser exigido o estudo de impacto ambiental, mas apenas após a conclusão do empreendimento, já que somente nesse momento será conhecido o seu potencial lesivo;

(E) o empreendimento pode ser concluído sem nenhum óbice, mas isso não impede a realização de estudos para identificar a forma como irá interagir com o meio ambiente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

A gestão de pessoas, tanto do quadro próprio quanto das terceirizadas, é fundamental para garantir um ambiente de trabalho colaborativo e produtivo, promovendo o desenvolvimento e a satisfação de todos os envolvidos.

Assinale a opção que apresenta uma resposta adequada à condição em que a demanda de trabalho ultrapassa a oferta no modelo baseado na procura estimada do produto ou serviço.

- (A) Corte de pessoas e de salários.
- (B) Subcontratação de autônomos.
- (C) Transferências internas.
- (D) Horários reduzidos de trabalho.
- (E) Recolocação de desligados.

2. (2024)

No exercício de suas atribuições como Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo, Roger foi questionado acerca da viabilidade de certa lei de efeitos concretos importar em responsabilização civil do Estado, mesmo que a sua constitucionalidade tenha sido reconhecida pelas vias pertinentes, à luz da doutrina e jurisprudência acerca do tema.

A resposta **correta** de Roger ao aludido questionamento é a de que

- (A) não é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de normas em nenhuma hipótese.
- (B) não é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de normas constitucionais, ainda que a lei seja de efeitos concretos.
- (C) é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de quaisquer normas, ainda que constitucionais e que não gerem danos anormais individualizáveis.

(D) é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de leis de efeitos concretos, ainda que constitucionais, caso gerem danos anormais individualizáveis.

(E) é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de lei de efeitos concretos que gerem danos anormais individualizáveis, apenas se reconhecida a inconstitucionalidade da norma.

3. (2024)

A Lei nº 14133/2021 indica as condições em que o processo licitatório é dispensável e o agente público deve avaliar a conveniência e a oportunidade da contratação direta.

No caso de obras e serviços de engenharia, uma hipótese para dispensa de licitação é a contratação em valores inferiores a

- (A) R\$25.000,00
- (B) R\$50.000,00
- (C) R\$75.000,00
- (D) R\$100.000,00
- (E) R\$200.000,00

4. (2024)

O órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina almeja realizar um credenciamento, definido nos termos da Lei nº 14.133/2021 como processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto no mencionado Diploma Legal, tal órgão deverá realizar uma:

- (A) licitação na modalidade concorrência;
- (B) licitação na modalidade concurso;
- (C) licitação na modalidade diálogo competitivo;
- (D) contratação direta, considerando que a licitação é dispensável;
- (E) contratação direta, considerando que a licitação é inexigível.

5. (2024)

Uma instituição federal está em processo de modernização de seu sistema de informações e necessita adquirir novos servidores de alta capacidade. O setor de TI realizou estudos preliminares e definiu especificações técnicas detalhadas que apenas uma marca específica de servidores atende.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, o setor de compras, para a aquisição destes servidores, deve

- (A) realizar licitação na modalidade concorrência, permitindo a participação de várias marcas para assegurar a obtenção de propostas competitivas.
- (B) efetuar uma dispensa de licitação, uma vez que a especificação detalhada restringe a aquisição à marca única, caracterizando fornecedor exclusivo.
- (C) proceder com a inexigibilidade de licitação devido à especificação técnica que justifica a escolha de uma única marca, evitando a competição.
- (D) solicitar autorização judicial para adquirir diretamente do fornecedor sem necessidade de licitação, dado o caráter exclusivo da especificação.
- (E) realizar um pregão eletrônico com indicação de marca no edital para garantir a compatibilidade com o sistema atual da instituição.

6. (2024)

A Secretaria de Saúde de determinado Estado decidiu contratar um serviço de manutenção de veículos para realizar o reparo das ambulâncias do Estado. Após a realização de um processo de cotação, foi definido que o custo total do serviço seria de 57 mil reais no ano.

Com relação à situação apresentada, à luz da Nova Lei de Licitações e Contratos, é correto afirmar que a licitação

- (A) será dispensável.
- (B) será inexigível.
- (C) deve ocorrer na modalidade pregão.
- (D) deve ocorrer na modalidade concorrência.

7. (2024)

Para fins de dirimir uma dúvida que surgiu no âmbito de certa fase preparatória levada a efeito por determinado órgão da Administração Pública Federal, Demétrio, no exercício de suas atribuições como agente da contratação, com vistas a esclarecer e exemplificar as diferentes modalidades de contratação direta, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, pontuou corretamente que

- (A) nas situações em que a licitação é inexigível, o rol é taxativo e há discricionariedade da Administração em realizar ou não o procedimento licitatório, do qual é exemplo a celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- (B) nas situações em que a licitação é dispensável, o rol é taxativo e há discricionariedade da Administração em realizar ou não o procedimento, do qual é exemplo a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (C) nas situações em que a licitação é inexigível, o rol é exemplificativo e não há discricionariedade da Administração em realizar ou não o procedimento licitatório, do qual é exemplo a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (D) nas situações em que a licitação é dispensável, o rol é exemplificativo e não há discricionariedade da Administração em realizar ou não o procedimento licitatório, do qual é exemplo a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (E) nas situações em que a licitação é inexigível, o rol é taxativo e não há discricionariedade da Administração em realizar ou não o procedimento licitatório, do qual é exemplo a contratação realizada nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

8. (2024)

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações diretas poderão ser realizadas por inexigibilidade ou dispensa de licitação.

Classifique os casos a seguir em 1 para inexigibilidade ou 2 para dispensa de licitação.

() Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

() Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. FCC - 2022

A Lei Complementar 101/2000 estabeleceu como base de cálculo para o cumprimento de limites de gastos com pessoal a receita corrente líquida. Nos termos dessa norma, integram a receita corrente líquida as receitas

- (A) tributárias e operações de crédito.
- (B) de contribuições e transferências correntes.
- (C) patrimoniais e alienação de bens.
- (D) industriais e amortização de empréstimos.
- (E) de serviços e transferências de capital.

2. FCC - 2022

A Lei Complementar nº 101/2000 instituiu o anexo de metas fiscais. No que concerne a este instrumento de planejamento,

- (A) integrará o projeto do Plano Plurianual.
- (B) tem por objetivo a avaliação do cumprimento das metas no exercício corrente, não se prestando para a avaliação do cumprimento dos exercícios anteriores, que devem possuir seu próprio anexo de metas fiscais.
- (C) não tem por finalidade a avaliação da situação atuarial.
- (D) conterà evolução do patrimônio líquido, nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- (E) deverá conter metas relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.

3. FCC - 2021

O Anexo de Riscos Fiscais é um importante documento para o planejamento da ação estatal, pois nele são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Tal documento deve integrar

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) o Plano Plurianual.
- (C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) o Decreto anual de execução orçamentária.
- (E) a Exposição de Motivos da Lei Orçamentária Anual.

4. FCC - 2023

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, constitui renúncia de receita, a

- (A) cobrança abusiva dos créditos do poder público.
- (B) concessão de incentivos econômicos com o objetivo de estimular o desenvolvimento regional.
- (C) arrecadação equilibrada de tributos para manutenção das contas públicas.
- (D) redução das taxas judiciárias, por meio de lei do Estado da Bahia acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.
- (E) anulação de auto de infração em juízo.

5. FCC - 2023

As seguintes informações, referentes ao exercício financeiro de 2022, foram extraídas do sistema de contabilidade de um ente público estadual.

Receita Corrente Total Arrecadada: R\$ 5.120.000,00

Receita Corrente Lançada: R\$ 2.600.000,00

Receita Corrente Líquida: R\$ 3.200.000,00

Receita de Capital Total Arrecadada: R\$ 2.800.000,00

Com base nessas informações e de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do Poder Judiciário do referido ente, no exercício financeiro de 2022, foi, em reais, de

(A) 307.200,00

(B) 1.560.000,00

(C) 192.000,00

(D) 1.920.000,00

(E) 1.680.000,00

6. FCC - 2021

Um determinado ente da federação contabilizou gastos com:

I. pensionistas.

II. proventos de aposentadoria.

III. indenização por demissão de servidores.

IV. incentivos à demissão voluntária.

V. encargos sociais.

O cômputo para a apuração dos gastos com pessoal desse ente, nos termos ditados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deve considerar os itens

(A) I, II, III, IV e V.

(B) IV e V, apenas.

(C) I, II e V, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) III, IV e V, apenas.

7. FCC - 2022

A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 determina expressamente a divulgação mensal da relação dos entes que

(A) ultrapassaram os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

(B) ultrapassaram o limite de despesa total com pessoal.

(C) não tenham alcançado a meta fiscal.

(D) praticaram renúncia de receitas tributárias.

(E) praticaram renúncia de receitas não tributárias.

8. FCC - 2023

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o valor obtido em julho de 2022 com operação de crédito por antecipação de receita orçamentária deve

(A) ser considerado para a apuração da receita corrente líquida, em conjunto com as receitas tributárias, de serviços, industriais e outras transferências correntes

(B) ser evidenciado como Receita Realizada no Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2022.

(C) ter sido previsto na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2022, em atendimento ao princípio da universalidade.

DIREITOS HUMANOS

1. FCC - 2022

O Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)

(A) integra, ao lado da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, a estrutura geral de proteção dos direitos humanos da ONU.

(B) é presidido pelo Alto Comissário de Direitos Humanos das Nações Unidas.

(C) é, em relação à sua estrutura, um órgão subsidiário da Assembleia Geral das Nações Unidas.

(D) goza de natureza permanente e sua composição é universal, dispondo cada membro da ONU de um assento no Conselho.

(E) tem como atribuição, entre outras, chancelar as ações dos comitês temáticos convencionais e referendar as decisões que impõem sanções aos estados denunciados.

2. FCC - 2023

Considere os seguintes textos:

[...] Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida.

(HERRERA FLORES, Joaquín. A (re) invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 28)

[...] Mas é preciso estar atento e forte. O senso comum imagina que a democracia é algo que você veste e sai andando – não é.

[...] Se tiver uma faixa “DEMOCRACIA, ENTRE”, é bobagem, você vai entrar e levar um soco na cara. Os poetas dizem que a democracia é uma utopia, algo que se busca não que consome. É um desafio que uma sociedade determinada exercita como experiência cotidiana. Assim como a ideia de liberdade, de integridade de um povo, a democracia deve ser constantemente construída, ela não tem o dom de se instalar e está sujeita a todo tipo de ataque”.

(KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 44)

A partir da análise dos textos acima, em cotejo com as construções teóricas e jurisprudenciais sobre democracia e direitos humanos, é correto afirmar:

(A) A democracia e a concretização dos direitos humanos são processos históricos sem retrocessos depois de instalados.

(B) A construção da democracia e dos direitos humanos dispensam o resgate da memória histórica, já que são experiências cotidianas.

(C) O processo de concretização dos direitos humanos e de fortalecimento democrático tem sido linear e definitivo.

(D) O direito à verdade não se aplica a contextos declaradamente democráticos, pois visa apurar fatos ocorridos em regimes abertamente ditatoriais.

(E) As garantias de não repetição buscam fortalecer a democracia e prevenir futuras violações de direitos humanos.

3. FCC - 2022

Consideramos estas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são vida, liberdade e busca da felicidade.

Essa frase, de fundamental importância na evolução histórica dos Direitos Humanos, está contida na

(A) Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

(B) Petição de Direitos (*Petition of Rights*) de 1628.

(C) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

(D) Magna Carta de 1215.

(E) Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776.

4. FCC - 2021

Joaquín Herrera Flores concebe os direitos humanos como *uma convenção cultural que utilizamos para introduzir uma tensão entre os direitos reconhecidos e as práticas sociais que buscam tanto seu reconhecimento positivado, como outra forma de reconhecimento ou procedimento que garanta algo que é, ao mesmo tempo exterior e interior a tais normas*. O conceito apresentado e seu autor estão relacionados a uma das vertentes da

- (A) fundamentação juspositivista dos direitos humanos.
- (B) teoria crítica dos direitos humanos.
- (C) concepção juscontratualista moderna dos direitos humanos.
- (D) hermenêutica diatópica dos direitos humanos.
- (E) corrente evolutivo-histórica dos direitos humanos.

5. FCC - 2022

No sistema interamericano, as denúncias individuais devem ser inicialmente apresentadas perante

- (A) a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (B) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) a Comissão ou a Corte Interamericanas de Direitos Humanos.
- (D) o/a Defensor/a Público/a Interamericano/a.
- (E) a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos.

6. FCC - 2022

Segundo dispõe expressamente o Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais ("Protocolo de San Salvador"), podem dar origem, mediante a participação da Comissão e, quando for cabível, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, à aplicação do sistema de petições individuais regulado pelos artigos 44 a 51 e 61 a 69 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, casos em que for violado, por ação que pode ser atribuída diretamente a um Estado-Parte neste Protocolo, o direito, entre outros, à

- (A) saúde.
- (B) educação.
- (C) proteção da infância e da família.
- (D) alimentação.
- (E) segurança cidadã.

7. FCC - 2023

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os tratados internacionais de direitos humanos ratificados anteriormente à Emenda Constitucional nº45/2004 possuem status

- (A) legal
- (B) infralegal
- (C) supralegal.
- (D) constitucional,
- (E) supraconstitucional.

8. FCC - 2023

À criação de um sistema de visitas regulares, efetuadas por órgãos nacionais e Internacionais independentes, à lugares onde pessoas são privadas de sua liberdade, com a Intenção de prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, foi estabelecida

- (A) pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
- (B) pelo Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
- (C) pelo Protocolo Facultativo ao Pacto internacional de Direitos Civis e Políticos.
- (D) pela Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
- (E) pela Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

9. FCC - 2021

A Lei no 12.847/2013 criou o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, responsável pela prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura visa dar cumprimento ao que está previsto expressamente

- (A) na Convenção Internacional contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
- (B) no Protocolo Facultativo à Convenção Internacional contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
- (C) na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. FCC - 2021

Ao atuar perante a Vara da Infância e Juventude, apresenta argumento fundamentado expressamente em lei ou em jurisprudência dominante dos tribunais superiores, o Defensor Público que, na defesa

- (A) do adolescente internado, em favor de quem o programa socioeducativo sugeriu em relatório a extinção de internação, alega que o juiz está vinculado a decidir nos termos do relatório favorável.
- (B) do pai, de cujo convívio o filho pequeno foi afastado por suspeita de agressão por ele praticada, alega serem lícitos castigos físicos aos filhos, desde que moderados e com propósito educativo.
- (C) da mãe, à qual se imputa a exclusiva responsabilidade por não ter comparecido às consultas de pós-parto de seu filho, alega que o Estado foi igualmente omissivo, já que lhe caberia fazer a busca ativa da puérpera.
- (D) dos pais, aos quais se atribui a grave omissão de não matricular os filhos em escola de ensino fundamental, alega que o ensino domiciliar foi declarado constitucional e pode ser aplicado antes mesmo de sua regulamentação.
- (E) do adolescente, em face de quem se propõe a prorrogação da medida de liberdade assistida por infrequência escolar, alega que o comparecimento à escola não integra o conteúdo da medida.

2. FCC - 2020

O acompanhamento domiciliar é previsto expressamente no Estatuto da Criança e do Adolescente

- (A) para o atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, se necessário.
- (B) nas hipóteses de desistência dos genitores da entrega de criança após o nascimento, pelo prazo de 180 dias.
- (C) para crianças e adolescentes reintegrados à sua família natural ou extensa após a permanência em serviços de acolhimento institucional.

- (D) às gestantes que apresentem gravidez de alto risco à saúde e ao desenvolvimento do nascituro.
- (E) às crianças detectadas com sinais de risco para o desenvolvimento biopsicossocial por meios dos protocolos padronizados de avaliação.

3. FCC - 2023

No que tange à concepção de família, estabelecida no ECA, considere as designações e as características a seguir:

Designações de Família

- 1. Ampliada
 - 2. Natural
 - 3. Substituta
- Características

- I. A unidade formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- II. A comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- III. Independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção.

A designação e a característica estão corretamente relacionados em

- (A) 1-III – 2-II – 3-I.
- (B) 1-I – 2-II – 3-III.
- (C) 1-II – 2-I – 3-III.
- (D) 1-I – 2-III – 3-II.
- (E) 1-III – 2-I – 3-II.

4. FCC - 2023

No atendimento em um espaço sócio-ocupacional que trate da proteção de crianças e adolescentes, o(a) assistente social deve dominar os conhecimentos pertinentes ao ECA. Nesse sentido, o Art. 33, do ECA, afirma que a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor

- (A) o direito de opor-se a terceiros, menos aos pais.
- (B) a condição de provedor para todos os fins e efeitos de direito, exceto para fins previdenciários.

- (C) a regularização da posse de fato, inclusive, nos procedimentos de tutela e adoção por estrangeiros.
- (D) o dever de liberar as visitas dos pais e irmãos.
- (E) o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

5. FCC - 2023

Frente ao processo de adoção, o(a) assistente social da Justiça da Infância e da Juventude deve ter total conhecimento da lei, posta no ECA. Nesse sentido, a lei diz que

- (A) os ascendentes e os irmãos do adotando podem proceder com a adoção.
- (B) podem adotar os maiores de 18 anos, independentemente do estado civil.
- (C) é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável para adoção conjunta.
- (D) o adotante há de ser, pelo menos, 18 anos mais velho do que o adotando.
- (E) a adoção será indeferida ao adotante, mesmo que após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento.

6. FCC - 2022

Sara, filha de Andréa, tem 8 anos e se encontra sob os cuidados de Tânia em programa de acolhimento familiar. De acordo com disposição expressa, ainda que não literal, do Estatuto da Criança e do Adolescente,

- (A) Tânia poderá receber recursos federais pelo fato de estar cuidando de Sara.
- (B) ainda que Sara viva na casa de Tânia, seu responsável legal é o dirigente do programa de acolhimento familiar, equiparado a guardião.
- (C) Tânia, a pedido de Andréa, diante de uma situação excepcional e de urgência, pode ter recebido Sara em regime de acolhimento familiar mesmo sem prévia determinação da autoridade competente.
- (D) a permanência de Sara sob os cuidados de Tânia não se prolongará por mais de 18 meses, salvo comprovada necessidade.
- (E) salvo proibição legal fundamentada, Andréa terá o direito de visitar Sara regularmente na casa de Tânia.

7. FCC - 2021

A habilitação de pretendentes à adoção traz como peculiaridade a

- (A) obediência ao critério de ordem por faixa etária dos pretendentes e da criança a ser adotada, após deferido o pedido de habilitação.
- (B) faculdade de os postulantes participarem de programas de orientação e preparação psicológica oferecidos pela Justiça da Infância.
- (C) impossibilidade de recusa de crianças que preencham o perfil desejado, assim que estiverem habilitados.
- (D) obrigatoriedade de haver contato com crianças e adolescentes acolhidos em condição de serem adotados, antes da habilitação.
- (E) ausência de parte contrária, podendo ser iniciada por pedido dos interessados sem a obrigatoriedade de assistência por advogado.

8. FCC - 2022

Para fins de proteção da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe, expressamente,

- (A) o consumo de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, mas autoriza aposta em jogos lotéricos a partir dos 16 anos.
- (B) a permanência, desacompanhados dos pais ou responsável, de menores de 12 anos, em locais públicos e espaços comunitários no período noturno.
- (C) a viagem interestadual, desacompanhados ou sem autorização dos pais, responsável ou juiz, de todos aqueles com idade inferior a 18 anos.
- (D) a hospedagem de menores de 18 anos em hotel, salvo se autorizados ou acompanhados pelos pais ou responsável.
- (E) o acesso a armas de fogo e munições a menores de 18 anos, salvo se para fins de competição ou caça, quando devidamente autorizados pelos pais ou responsável.

9. FCC - 2023

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de ações não governamentais. Nesse sentido, uma das linhas de ação da política de atendimento é a

- (A) municipalização do atendimento.
- (B) manutenção de fundos de recursos.

DIREITO PENAL

1. FCC - 2021

João foi condenado por tráfico de drogas. Sua pena-base foi exasperada ao fundamento de que ele possui personalidade voltada para o crime. A valoração negativa da personalidade de João é expressão do Direito Penal

- (A) do Autor.
- (B) do Fato.
- (C) Nuclear.
- (D) Periférico.
- (E) Clássico.

2. FCC - 2021

Sobre o princípio da legalidade:

- (A) limita-se à previa definição do crime, mas a pena pode ser cominada posteriormente.
- (B) aplica-se a crime e contravenções penais, salvo crimes hediondos e equiparados.
- (C) permite a retroatividade da lei penal em caso de crime violento e sexual.
- (D) constitui um entrave ao combate da criminalidade violenta no Brasil.
- (E) requer que além de prévia, a lei seja taxativa.

3. FCC - 2022

O dolo direto de segundo grau

- (A) impede a desclassificação do delito para a forma tentada.
- (B) é puramente cognitivo no direito penal brasileiro.
- (C) leva em consideração a finalidade última do agente representado pelo resultado típico.
- (D) está presente quando o agente tem consciência do risco criado por seu comportamento, considera seriamente sua realização e se conforma com o resultado lesivo.
- (E) se verifica com a consciência sobre os resultados necessários para atingir determinado fim e a vontade de seguir adiante.

4. FCC - 2021

Sobre o iter criminis é correto afirmar que

- (A) a cogitação é impunível, salvo em casos de milícia privada armada, grupo ou esquadrão.
- (B) o ato preparatório, por constituir uma antecipação da tutela penal, não admite tipificação própria no Código Penal.
- (C) o exaurimento, por se dar após a consumação da pena, não pode interferir na aplicação da pena, pois é incapaz de modificar o desvalor da ação.
- (D) a consumação do crime formal requer o resultado naturalístico, pois dele depende a efetiva violação do bem jurídico.
- (E) a tentativa só pode se configurar na presença do dolo de consumação do delito.

5. FCC - 2021

O crime impossível

- (A) demanda o potencial lesivo da conduta e a ausência de elementos subjetivos do tipo para sua configuração.
- (B) ocorre quando o agente em situação de extrema vulnerabilidade pratica um fato típico em razão da falta de apoio do Estado.
- (C) pode ocorrer em caso de furto em estabelecimento comercial se a vigilância concretamente tornar impossível a consumação do delito.
- (D) é reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça quando o agente já possuidor da droga a oferece ao policial, que efetua a prisão em flagrante.
- (E) pela impossibilidade absoluta do meio ocorre quando o objeto não pode sofrer a ação típica, como no caso de alguém que atira da janela uma pessoa que já estava morta.

6. FCC - 2023

Sobre o *iter criminis* é **correto** afirmar que

(A) a cogitação é, em regra, impunível, salvo tipificação específica, como na cogitação de ato de terrorismo.

(B) os atos de execução, segundo a teoria objetivo formal, defendida por Franz von Liszt, iniciam-se com a verificação de hostilidade ao bem jurídico tutelado pela norma incriminadora.

(C) a consumação do crime omissivo impróprio se dá com a superveniência do evento que configura o resultado do tipo.

(D) as tentativas de contravenções penais e faltas disciplinares na execução penal são impuníveis.

(E) na tentativa, o nexos causal do plano criminoso é mantido, mas o dolo interrompido por motivos alheios à vontade do agente.

7. FCC - 2022

Segundo o que dispõe o Código Penal, se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico,

(A) só será punido o executor da ordem, o agente hierarquicamente inferior.

(B) só será punível o autor da coação ou da ordem.

(C) tanto o autor do fato quanto o da coação serão punidos, mas o segundo terá a sua pena agravada.

(D) ambos serão punidos na medida de sua culpabilidade.

(E) ambos serão punidos, mas o executor da ação terá a sua pena diminuída por ter sido coagido.

8. FCC - 2021

Sobre o regime de cumprimento de pena, é correto afirmar que

(A) o tempo de prisão provisória será computado para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, salvo o tempo de internação.

(B) os delitos considerados hediondos admitem a imposição de regime mais severo do que o previsto segundo a pena aplicada.

(C) a determinação do regime inicial de cumprimento de pena independe da análise das circunstâncias judiciais.

(D) é possível a fixação de regime aberto a réus reincidentes nos casos que caracterizem insignificância.

(E) a pena de detenção deve ser cumprida no regime aberto.

9. FCC - 2021

Sobre as penas restritivas de direitos, é correto afirmar:

(A) O descumprimento prévio de acordo de não persecução penal impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos na sentença.

(B) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações inferiores a seis meses de privação da liberdade.

(C) Se o crime for praticado com violência ou ameaça à pessoa, o juiz poderá aplicar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, desde que a medida seja socialmente recomendável.

(D) A pena restritiva de direitos que substitui pena privativa de liberdade superior a um ano pode ser cumprida em menor tempo, nunca inferior à metade da pena fixada.

(E) A limitação de fim de semana restringe-se aos crimes punidos com detenção.

10. FCC - 2022

João Ricardo, nascido em 10/01/2002, foi condenado a uma pena total de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão pela prática de crimes de furto qualificado, nos termos do art. 155, § 4º, inc. III, c/c art. 71, caput, do Código Penal, em razão de ter subtraído três veículos no mês de fevereiro de 2021. Na primeira fase da dosimetria da pena, o magistrado considerou a primariedade e os bons antecedentes do réu e fixou a pena-base no mínimo legal em dois anos. Em seguida, na última fase, reconheceu a continuidade delitiva e exasperou a pena em 1/6. Não houve recurso das partes e a sentença penal condenatória transitou em julgado em 12 de dezembro de 2021. Considerando a situação do réu João Ricardo, o prazo da prescrição da pretensão executória é de

(A) 12 anos.

(B) 02 anos.

(C) 04 anos.

(D) 08 anos.

(E) 03 anos.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. FCC - 2022

Em 2007, foi proposto o Projeto de Lei nº 490, que altera o Estatuto do Índio. Em seu voto em separado, em 2021, a indígena Joenia Wapichana argumenta que o PL 490/2007 é inconstitucional, pois afronta direitos de caráter fundamental, assegurados pela Constituição Federal e por normativas internacionais das quais o Brasil é signatário. Com base no argumento da indígena, a aprovação desse projeto afeta a vida dos povos indígenas brasileiros porque

- (A) muda as regras para novas demarcações das terras indígenas e respeita somente as que já foram demarcadas.
- (B) altera conceitos e formas procedimentais para reconhecimento e demarcação das terras indígenas.
- (C) flexibiliza o usufruto das riquezas do solo e impede contratos de cooperação entre índios e não índios.
- (D) altera os procedimentos de consulta prévia, livre e informada e cumpre a Constituição Federal.
- (E) ataca os direitos originários dos povos indígenas e impede a presença de grandes empreendimentos dentro das áreas protegidas.

2. FCC - 2023

A Lei nº 7.716/1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Constituem efeitos da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular, por prazo não superior a

- (A) 3 meses.
- (B) 2 meses.
- (C) 1 mês.
- (D) 7 dias.
- (E) 15 dias.

3. FCC - 2023

De acordo com a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, incorre na mesma pena de negar ou obstar emprego em empresa privada (reclusão de dois a cinco anos) aquele que, por motivo de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica:

- I. deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições aos demais trabalhadores.
- II. impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional.
- III. proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, exceto quanto ao salário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

4. FCC - 2021

Célia deu à luz Pedro em estabelecimento de atenção à saúde da gestante, de modo que, segundo dispõe expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- (A) na ausência de pais ou responsável legal, caso Célia seja adolescente, a liberação da alta hospitalar na companhia de Pedro está condicionada a prévia autorização judicial ou do Conselho Tutelar.
- (B) incidirão em infração administrativa o enfermeiro ou dirigente de estabelecimento caso deixem de identificar corretamente Pedro por ocasião do parto mediante o registro de sua impressão plantar.
- (C) se Célia manifestar interesse em entregar Pedro para adoção, deve o estabelecimento, ouvido o pai indicado, comunicar o fato, imediatamente, ao Ministério Público e aguardar determinação quanto ao destino da criança.

(D) devem ser aplicados protocolos para rastreamento e diagnóstico de eventual depressão pós-parto em Célia, e, em caso de confirmação, com notificação compulsória à rede de proteção à criança do território da família.

(E) cometerá crime, ainda que de forma culposa, o dirigente do estabelecimento se deixar de fornecer a Célia, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento de Pedro.

5. FCC - 2021

Considera-se hediondo o crime de

- (A) roubo circunstanciado pelo emprego de arma.
- (B) extorsão na forma simples ou qualificada.
- (C) furto qualificado pelo emprego de explosivo.
- (D) aborto provocado por gestante ou terceiro.
- (E) fraude eletrônica praticada contra pessoa idosa.

6. FCC - 2023

A prática de constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa, constitui crime de

- (A) homicídio tentado.
- (B) tortura.
- (C) lesão corporal.
- (D) latrocínio.
- (E) vias de fato.

7. FCC - 2022

O fornecimento de detalhes pode ajudar a identificação dos perpetradores da violência; permite que se busquem instrumentos utilizados para a prática dos maus-tratos, em caso de visita ao lugar em que tenham ocorrido; descreve os maus-tratos de modo preciso, tornando possível a um perito médico-legal expressar sua opinião quanto à verossimilhança, em face das lesões sofridas pela vítima; descreve as lesões, inclusive o estado emocional da vítima. A prova pode tomar a forma de relatório médico, avaliação psicológica, declaração da vítima, declarações de testemunhas, ou outras formas de provas de terceiros, tais como pareceres de médicos ou outros peritos (especialistas).

(GIFFARD, 2000, pp. 30-47 apud MAIA, 2006, pp. 210-212)

A obtenção de provas relacionadas a maus-tratos (A) se aplica a crianças, mas não a adultos vítimas de violência.

(B) é válida para violência, mas não para crueldade, conforme a lei de tortura.

(C) desencoraja os perpetradores da violência já identificados e enquadrados na lei de tortura.

(D) é parte do processo de acusação por crime de tortura, tipificado em lei.

(E) é válida caso haja lesões graves sofridas em cativeiro.

8. FCC - 2022

Configura causa de aumento de pena do crime de tortura aquele praticado

- (A) por agente público na qualidade de sujeito ativo.
- (B) contra pessoa presa ou sujeita à medida de segurança.
- (C) em razão de discriminação racial.
- (D) prevalecendo-se de relações domésticas.
- (E) com intenso sofrimento físico ou mental.

9. FCC - 2023

De acordo com o que estabelece a Lei no 9.605/1998, ao dispor sobre os crimes ambientais, são consideradas circunstâncias que agravam a pena dos crimes ali prescritos, quando não constituem ou qualificam o crime, ter o agente cometido a infração:

- (A) Concorrendo para danos à propriedade alheia; contra a propriedade de seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão; por motivo fútil.
- (B) Atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos; em domingos ou feriados; facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.
- (C) Em período de defeso à fauna; na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial.
- (D) Em épocas de seca ou inundações; com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa; com emprego de arma de fogo de uso proibido.
- (E) Mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental; à noite; mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. FCC - 2022

Dos direitos abaixo elencados, **NÃO** constitui corolário do princípio do devido processo legal:

- (A) contraditório.
- (B) Juiz natural.
- (C) proibição de prova ilícita.
- (D) sigilo do processo.
- (E) paridade de armas.

2. FCC - 2021

No tocante às garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal,

- (A) a garantia do juiz natural é contemplada, mas não só, na previsão de proibição de juízo ou tribunal de exceção.
- (B) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, mas não somente a estes.
- (C) o civilmente identificado jamais pode ser submetido a identificação criminal, sob pena de caracterização de constrangimento ilegal.
- (D) o preso tem direito à identificação do responsável por sua prisão, mas nem sempre por seu interrogatório policial.
- (E) a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação são garantias exclusivamente aplicáveis à ação penal.

3. FCC - 2021

O princípio da individualização da pena

- (A) fundamentou o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça que vedou a regressão de regime de cumprimento de pena por salto.
- (B) garante legitimidade ao exame criminológico diante de sua capacidade de previsão de comportamento criminoso futuro e com isso impedir o funcionamento indevido do sistema progressivo.

(C) é incompatível com um sistema progressivo de cumprimento de pena, já que os benefícios prisionais devem ser concedidos objetivamente para garantia do indivíduo em face do Estado.

(D) permite, por meio do exercício de direitos subjetivos na execução penal, que duas pessoas iniciem no mesmo dia uma pena idêntica, mas uma tenha a pena extinta antes do outro.

(E) confere um caráter misto ao direito de execução penal, composto por normas penitenciárias e administrativas, como as que regulam o agravo em execução.

4. FCC - 2022

O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação

- (A) não poderá ser instaurado sem a queixa.
- (B) depende da iniciativa do Ministério Público.
- (C) não poderá sem ela ser iniciado.
- (D) exige a manifestação prévia do Ministério Público.
- (E) não poderá ser arquivado pelo Ministério Público.

5. FCC - 2020

De acordo com o código de processo penal, nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (B) de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido que não pode ser representado em hipótese alguma.
- (C) mediante requerimento da autoridade judiciária, somente, ou a requerimento do ofendido que não pode ser representado em hipótese alguma.

(D) pela notícia de infração penal levada por qualquer membro do povo, desde que o faça por escrito, independente da checagem da procedência das informações pela autoridade policial.

(E) por requisição do Ministério Público, somente, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

6. FCC - 2024

Considere os seguintes casos hipotéticos, envolvendo investigados absolutamente primários, sem qualquer antecedente criminal e que jamais foram beneficiados com o Acordo de não Persecução Penal, transação penal, ou suspensão condicional do processo:

I. Juliana está sendo acusada de cometer crime de moeda falsa, com pena prevista no Código Penal de reclusão de 03 a 12 anos e multa.

II. Marcos está sendo acusado de cometer crime de resistência, após se opor à execução de ato legal, mediante violência e grave ameaça, impedindo em razão de sua resistência que o ato seja executado. A pena corporal prevista no Código Penal é de reclusão de 01 a 03 anos.

III. Julie está sendo acusado de cometer o crime de adulteração de sinal identificador de veículo, pois no exercício de atividade comercial recebeu e ocultou veículo automotor com número de chassi adulterado, ciente deste fato. A pena corporal prevista no Código Penal é de reclusão de 04 a 08 anos de reclusão e multa.

IV. Gustavo, funcionário público, está sendo acusado de cometer crime de abuso de autoridade, após constranger o preso, mediante violência e grave ameaça, a produzir prova contra si mesmo, com pena corporal prevista de 01 a 04 anos de detenção e multa.

Nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, o Ministério Público poderá propor o benefício do acordo de não persecução penal APENAS para

- (A) Juliana e Julio.
- (B) Juliana, Julio e Gustavo.
- (C) Juliana, Marcos e Julio.
- (D) Marcos.
- (E) Juliana.

7. FCC - 2024

Foi protocolado requerimento para instauração de inquérito policial visando apurar a prática de crime de ação penal pública contra determinada sociedade de advogados, supostamente cometido por um ex-sócio. O procedimento de investigação foi instaurado e, após a realização de exaustivas diligências, concluiu-se que: *não se pode afirmar que, de fato, algum crime tenha sido realmente cometido e, tampouco, que o suspeito seja o seu autor.* Diante disso, o inquérito acabou por ser arquivado. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal, a vítima, ou seu representante legal, se não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de:

- (A) 30 dias da publicação do Diário Oficial, submeter a matéria à revisão da autoridade policial, que insistirá nas investigações ou concordará, em definitivo, com o arquivamento do inquérito policial.
- (B) 15 dias da publicação do Diário Oficial, submeter a matéria à revisão do Juiz Criminal competente, conforme dispuser o Regimento Interno do respectivo Tribunal de Justiça ao qual estiver vinculado o magistrado.
- (C) 15 dias do recebimento da notificação pela autoridade policial, submeter a matéria à revisão do Juiz das Garantias, que manterá o arquivamento ou determinará a reabertura do inquérito policial.
- (D) 30 dias do recebimento da comunicação pelo Ministério Público, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
- (E) 15 dias do recebimento da notificação, submeter a matéria ao Juiz das Garantias que encaminhará o feito ao Procurador-Geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual estará o juiz obrigado a atender.

8. FCC - 2021

O acordo de não persecução penal

- (A) deve ser proposto no prazo do oferecimento da denúncia sob pena de preclusão.
- (B) reforça a obrigatoriedade da ação penal pública incondicionada.
- (C) é incabível para investigados reincidentes ou se houver elementos que indiquem sua reiteração criminosa.

1. FCC - 2021

Três irmãos, Edinaldo, Tiago e Umberto, estavam em uma viagem de barco por um dos afluentes do Rio Amazonas, quando a embarcação naufragou em local de forte correnteza. Umberto foi o único sobrevivente encontrado e confirma que viu Edinaldo e Tiago tentando lutar contra a correnteza quando o barco afundou, de modo que é extremamente provável que ambos tenham morrido. Após esgotarem todos os meios de buscas e verificações, não localizaram os corpos dos dois irmãos e nem foi possível determinar quem faleceu antes. Nessas circunstâncias, de acordo com o Código Civil, poderá ser declarada, para Edinaldo e Tiago, a morte

- (A) presumida, em comoriência, mesmo sem decretação de ausência.
- (B) presumida, em comoriência, necessariamente após a decretação de ausência.
- (C) ficta, sem comoriência, independentemente de decretação de ausência.
- (D) real, em comoriência.
- (E) ficta, sem comoriência, necessariamente após a decretação de ausência.

2. FCC - 2023

Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade

- (A) não abarcam a proteção ao pseudônimo adotado para atividades lícitas
- (B) asseguram proteção ao prenome, mas não ao sobrenome.
- (C) são extintos com a morte da pessoa natural.
- (D) são intransmissíveis e irrenunciáveis, com exceção dos casos previstos em lei.
- (E) vedam, em qualquer caso, atos de disposição do próprio corpo.

3. FCC - 2022

A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a

- (A) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (B) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (C) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (D) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (E) publicação, na Imprensa Oficial, da autorização ou aprovação do Poder Executivo da sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ).

4. FCC - 2022

De acordo com o Código Civil, a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica

- (A) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, inclusive de ofício, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, independentemente de terem sido ou não beneficiados pelo abuso.

(B) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, somente por requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, independentemente de terem sido ou não beneficiados pelo abuso.

(C) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, inclusive de ofício, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

(D) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, somente por requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

(E) não constitui desvio de finalidade, nem autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

5. FCC - 2024

De acordo com o Código Civil, os bens

(A) móveis são suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, ainda que haja alteração da substância ou da destinação econômico-social.

(B) naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

(C) fungíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância.

(D) públicos de uso especial estão sujeitos a usucapião.

(E) consumíveis são aqueles que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

6. FCC - 2022

Na interpretação dos negócios jurídicos deve-se levar em conta a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. O resultado de tal interpretação, na ausência de regras estipuladas pelas partes para esse fim, deve atribuir ao negócio o sentido que

(A) seja confirmado pelo comportamento das partes prévio à celebração do negócio jurídico.

(B) corresponda ao que se consideraria razoável a partir da negociação das partes sobre a questão discutida, inferida a partir das demais disposições do próprio negócio jurídico.

(C) se mostrar mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo.

(D) favoreça a parte do negócio jurídico que se apresente como economicamente mais fraca.

(E) empreste a eventual ato de renúncia a direito, inserido no negócio jurídico, eficácia extensiva.

7. FCC - 2022

De acordo com o Código Civil, o termo inicial do negócio jurídico

(A) consiste numa condição suspensiva.

(B) consiste numa condição resolutiva.

(C) subordina a sua existência.

(D) suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.

(E) subordina a sua eficácia a evento futuro e incerto.

8. FCC - 2023

Segundo o Código Civil o silêncio intencional de uma das partes, a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado, constitui

(A) estado de perigo.

(B) lesão jurídica.

(C) omissão dolosa.

(D) erro substancial.

(E) coação resistível.

1. FCC - 2024

De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar à boa-fé e, entre outros, o seguinte princípio:

- (A) Necessidade, que se traduz na garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
- (B) Adequação, que se traduz na realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- (C) Livre acesso, que se traduz na compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
- (D) Responsabilização e prestação de contas, que se traduz na demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, a eficácia dessas medidas.
- (E) Transparência, que se traduz na garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

2. FCC - 2023

De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais é conhecida como

- (A) Controlador.
- (B) Titular.
- (C) Operador.
- (D) Encarregado.
- (E) Gerente.

3. FCC - 2022

Conforme expressa previsão legal, NÃO se aplica a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), no tocante ao tratamento de dados pessoais

- (A) que tenham sido coletados no território nacional.
- (B) realizado para fins, exclusivamente, jornalístico e artísticos.
- (C) de indivíduos localizados no território nacional.
- (D) que tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços no território nacional.
- (E) realizado por pessoa natural, ainda que para fins econômicos.

4. FCC - 2021

Após inúmeras controvérsias e modificações, a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção aos Dados – LGPD) entrou em vigor – ao menos em parte. Considere as assertivas abaixo:

- I. As normas de proteção aos dados pessoais não se aplicam ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente acadêmicos.
- II. O âmbito de incidência das normas protetivas aos dados se restringe às hipóteses em que a operação de tratamento seja realizada no território nacional.
- III. A informação sobre filiação de uma pessoa natural a sindicato é um exemplo do que a lei considera como dado sensível.

IV. A responsabilidade por reparar danos patrimoniais e morais em razão da violação à legislação de proteção de dados pessoais é exclusiva do controlador.

V. Diante da natureza personalíssima dos dados, eventual direito à reparação deve ser feito de forma individual.

Estão em consonância com as disposições da LGPD o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.

- (C) III e V.
- (D) I e III.
- (E) I, III e V.

5. FCC - 2021

Dentre os princípios que regem as atividades de tratamento de dados pessoais, nos termos do que estatui a Lei Federal nº 13.709/2018, o princípio

- (A) da transparência exige que o titular dos dados seja sempre informado, em qualquer operação de tratamento de dados envolvendo seu nome, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- (B) da finalidade exige que seja informado ao titular o propósito do tratamento de dados, a fim de que seja possível aferir a proporcionalidade e adequação da atuação do operador de dados.
- (C) do consentimento exige ciência, anuência e autorização do titular de dados para tratamento de dados pela Administração pública, que só pode fazê-lo para execução de políticas públicas.
- (D) do consentimento colocou fim aos bancos de dados de acesso público, tornando necessária cientificação do titular em todas as operações.
- (E) da publicidade admite que seja solicitada ao titular de dados autorização genérica para tratamento, diferindo para momento posterior a indicação da finalidade da operação de tratamento de dados.

6. FCC - 2021

Os meios pelos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo configuram, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o chamado processo de

- (A) bloqueio.
- (B) consentimento.
- (C) anonimização.
- (D) eliminação.
- (E) desautorização.

7. FCC - 2023

Os denominados dados pessoais sensíveis, de acordo com a disciplina estabelecida pela Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018),

- (A) são protegidos pelo sigilo, que somente pode ser afastado sem a anuência do titular, por ordem judicial ou no âmbito de investigação criminal.
- (B) não podem ser objeto de tratamento, exceto para pesquisas científicas, vedada remuneração ao titular pelo consentimento.

(C) somente podem ser objeto de tratamento pelo controlador após prévio e obrigatório procedimento de anonimização.

(D) podem ser objeto de tratamento sem o consentimento do titular, entre outras hipóteses, para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

(E) demandam consentimento expresso e escrito do titular, diversamente dos demais dados pessoais cujo tratamento pode ocorrer mediante consentimento presumido.

8. FCC - 2022

Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, no que concerne ao tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes,

- (A) o consentimento pode ser genérico ou específico.
- (B) o consentimento deve ser dado por ambos os pais ou responsável legal.
- (C) os dados podem ser coletados sem o consentimento, se para contatar os pais ou responsável legal, podendo ser utilizados a essa finalidade.
- (D) os dados podem ser coletados sem consentimento, desde que para contatar os pais ou responsável legal, não podendo ficar armazenados.
- (E) os dados podem ser coletados, se para sua proteção, e podem ser repassados a terceiros, ambos sem consentimento.

9. FCC - 2022

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor,

- (A) o comerciante, o fabricante, o produtor, o construtor e o importador respondem, independentemente de culpa e de forma solidária, pelos danos causados ao consumidor pelo fato do produto.
- (B) a vítima afetada pela explosão de um micro-ondas é considerada consumidora para fins de responsabilização civil, mesmo que não possua vínculo contratual com o fornecedor do produto.
- (C) o produto é considerado defeituoso quando outro de melhor qualidade tiver sido colocado no mercado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. FCC - 2023

De acordo com a Constituição Federal, a ação direta de inconstitucionalidade

(A) de lei ou ato normativo federal ou estadual poderá ser proposta por partido político com representação no Congresso Nacional e pela mesa do Senado Federal, dentre outros legitimados, e será processada e julgada, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.

(B) poderá ser proposta pelo Presidente da República, por partido político com ou sem representação no Congresso Nacional, pela confederação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual ou nacional, dentre outros.

(C) será julgada pelo Supremo Tribunal Federal e as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal não produzirão eficácia contra todos, mas terão efeito vinculante exclusivamente com relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.

(D) poderá ser proposta pelo Governador de Estado, sendo que o Advogado-Geral da União deverá ser citado para que, previamente, defenda o ato ou texto impugnado ou concorde com a sua inconstitucionalidade.

(E) de lei ou ato normativo federal ou estadual será processada e julgada, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal, devendo o Procurador-Geral da República ser previamente ouvido nesse e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

2. FCC - 2022

Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente. Nesse sentido,

(A) o deslocamento da competência para a justiça federal ocorrerá sempre em todas as espécies de ações, excetuando-se apenas aquelas sujeitas à justiça eleitoral e do trabalho.

(B) serão remetidas igualmente ao juízo federal competente as ações envolvendo recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente do trabalho, mas não aquelas sujeitas à justiça eleitoral e do trabalho.

(C) ainda que o ente federal cuja presença ensejou a remessa seja excluído do processo, permanece competente o juiz federal ao qual o processo foi remetido.

(D) as pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

(E) a União poderá intervir apenas nas causas em que as autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista figurem como rés, não cabendo a intervenção da União quando figurarem como autoras.

3. FCC - 2021

Ajuizada em Parintins, perante a Justiça Comum, ação possessória sobre imóvel situado em Manaus, estar-se-á diante de incompetência

(A) absoluta, que deve ser conhecida de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, e, uma vez declarada, acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito.

(B) relativa, a qual se prorroga, caso não alegada em preliminar de contestação.

(C) relativa, que deve ser conhecida de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, e, uma vez declarada, acarreta a remessa do processo ao juízo competente.

(D) absoluta, que deve ser conhecida de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, e, uma vez declarada, acarreta a remessa do processo ao juízo competente.

(E) absoluta, a qual se prorroga, caso não alegada em preliminar de contestação.

4. FCC - 2022

Os Estados, o espólio, o condomínio e a massa falida serão representados em Juízo, respectivamente,

(A) pelo Governador do Estado, pelo inventariante, pelo administrador ou síndico e pelo falido.

(B) pelo Governador do Estado, pelo inventariante, pela assembleia de condôminos e pelo juiz.

(C) por seus procuradores, pelo inventariante, pelo administrador ou síndico e pelo administrador judicial.

(D) por seus procuradores, pelos herdeiros, pelo administrador ou síndico e pelo falido.

(E) por seus procuradores, pelos herdeiros, pelo administrador ou síndico e pelo administrador judicial.

5. FCC - 2022

De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil, com relação aos poderes, deveres e responsabilidades das partes, dos procuradores e dos juízes,

(A) o Juiz decidirá o mérito do processo nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe defeso conhecer, em qualquer hipótese, de questões de ofício.

(B) há suspeição do juiz quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.

(C) os motivos de impedimento e suspeição previstos legalmente para o juiz diferem daqueles oponíveis aos Membros do Ministério Público e dos auxiliares da justiça.

(D) se reconhecer o impedimento ou a suspeição ao receber a petição, o juiz ordenará imediatamente a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça a que estiver subordinado para que este eleja um novo juiz para o caso.

(E) incumbe ao juiz dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

6. FCC - 2022

De acordo com as normas do Código de Processo Civil que disciplinam as hipóteses de impedimento e suspeição do juiz, este será

(A) suspeito quando figure como parte do processo instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego.

(B) impedido quando for inimigo de advogado de qualquer das partes.

(C) impedido quando for amigo íntimo de qualquer das partes.

(D) suspeito quando for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

(E) suspeito quando promover ação contra a parte ou seu advogado.

7. FCC - 2024

José, ex-funcionário público federal, ajuizou ação de cobrança contra a União pleiteando o pagamento de verbas adicionais que reputava devidas em razão do exercício do cargo público. Ainda na fase de conhecimento, José faleceu e o processo foi suspenso. Em seguida, ele foi substituído no processo por seu único filho e sucessor, menor e incapaz, representado pela mãe. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, a intervenção do Ministério Público é obrigatória

(A) em razão da substituição de José pelo seu filho; neste caso, ressalvadas as hipóteses de prazo próprio para o Ministério Público, este goza da prerrogativa de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, inclusive se eles tramitarem em meio eletrônico.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

1. FCC - 2022

Art. 5º, XXXIII, da Constituição da República, reconhece o direito fundamental que todos têm de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. O exercício desse direito constitucional foi detalhado na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, que

(A) dispôs que o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso à informação no prazo de 5 dias, prorrogáveis, mediante justificativa idônea, a até 60 dias.

(B) tipificou como crime, passível de detenção de 6 meses a 2 anos, a conduta daquele que se recusa a fornecer informação requerida ou retarda deliberadamente o seu fornecimento.

(C) definiu como dado sujeito a sigilo, entre outros, aquele cujo teor ou natureza possa ofender a moralidade pública ou expor agente público a vexame ou constrangimento.

(D) previu que o pedido de informações contenha a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos da solicitação de informações de interesse público.

(E) incluiu, entre aqueles obrigados a prestar as informações solicitadas, entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante subvenções sociais.

2. FCC - 2022

Considere as seguintes entidades:

I. controladas diretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

II. controladas indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

III. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento.

IV. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante subvenções sociais.

V. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante contrato de gestão.

A Lei no 12.527/2011 regula o acesso à informação. Estão sujeitas a disposições desta lei, no que couber, ainda que relativamente à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas, as entidades constantes em

(A) I, III, IV e V, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I, II, III, IV e V.

(D) III, IV e V, apenas.

(E) I, apenas.

3. FCC - 2022

Dentre as diretrizes em que se fundamentou a Lei de Acesso à Informação, figura(m):

I. observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II. utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

III. desenvolvimento do controle social da administração pública.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I, II e III.

(E) I, apenas.

4. FCC - 2022

A qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de pormenorização possível e sem modificações, corresponde, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, ao atributo da

- (A) veracidade.
- (B) organicidade.
- (C) publicidade.
- (D) acessibilidade.
- (E) primariedade.

5. FCC - 2022

Nos termos da Lei no 12.527/2011 (Regula o acesso a informação), são exemplos de pessoas jurídicas que devem se subordinar aos seus ditames:

- (A) Empresas públicas, empresas privadas com fins lucrativos e sociedades de economia mista.
- (B) Empresas privadas com fins lucrativos, sociedades de economia mista e fundações públicas.
- (C) Fundações públicas, autarquias e empresas privadas com fins lucrativos.
- (D) Autarquias, empresas privadas com fins lucrativos e fundações públicas.
- (E) Empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias.

6. FCC - 2022

De acordo com o que dispõe a Lei no 12.527/2011, que disciplina o acesso à informação,

- (A) por questões de segurança institucional, não é possível a interposição de qualquer recurso quando não for autorizado o acesso à informação por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.
- (B) o acesso à informação de que trata a Lei compreende, entre outros, o direito de obter informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, ainda que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (C) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos na lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e, ainda, cumprir as exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

(D) informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

(E) negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Advocacia-Geral da União, que deliberará no prazo de 10 dias.

7. FCC - 2023

Sobre os recursos previstos na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é correto afirmar que no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de:

- (A) 15 dias a contar da sua disponibilização ao cidadão, recurso esse dirigido à Ouvidoria ou órgão similar.
- (B) 10 dias a contar da sua publicação, recurso esse dirigido à Controladoria Geral ou órgão similar.
- (C) 05 dias, a contar da sua ciência, recurso esse dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.
- (D) 10 dias a contar da sua ciência, recurso esse dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.
- (E) 05 dias a contar da sua publicação, recurso esse dirigido à Controladoria Geral ou órgão similar.

8. FCC - 2022

Um jornalista comparece por dias seguidos a uma repartição pública do Serviço Municipal de Obras, para investigar a denúncia sobre a existência de um “funcionário- fantasma”, que teria sido indicado por um político local. Ao indagar sobre a presença do referido servidor, ele é verbalmente informado que ele se encontra em gozo de férias. Desconfiado da informação que lhe é fornecida, ele indaga por escrito ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do órgão sobre o período de gozo de férias do citado servidor, de forma a conferir se o que lhe dizem é verdade. Em resposta, o SIC nega-se a fornecer a informação, sob pretexto de que o jornalista não esclareceu o motivo da consulta.